



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022

Processo Licitatório nº: 33.219/2021

Processo de Impugnação nº: 08.586/2022

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022**

OBJETO: AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE **OXIGÊNIO GASOSO PURO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 1M3 E OXIGÊNIO GASOSO PURO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 2M3, A 10M3 E OXIGÊNIO LÍQUIDO PURO** PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ E HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO.

**IMPUGNANTE: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**

**IMPUGNADO: EDITAL**

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, com fulcro na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestiva**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico nº 039/2022**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo.



Comissão de Pregão III

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

A impugnante alega, em síntese, que:

**“...fica claro que a responsabilidade pertinente à fabricação e comercialização do objeto licitado “gases medicinais” é inerente ao Conselho Regional de Química - CRQ OU Conselho Regional de Farmácia (CRF), portanto, torna-se sine qua non a retificação do edital, devendo ser incluída a exigência de apresentação de Certificado de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Fisioterapia (CRF) como forma alternativa junto as exigências nos itens 19.7 e 19.8.”**

**III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

Requer a impugnante:

**“...o recebimento, análise e a admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado nos assuntos ora impugnados, ou ainda, como pedido de esclarecimentos, se o caso, até mesmo em razão de sua tempestividade, bem como que sejam acolhidos os argumentos e requerimentos nela expostos, sem exceção, como medida de bom senso e totalmente em acordo com as normativas emitidas pelos órgãos governamentais e de saúde e com os princípios administrativos previstos em nosso ordenamento jurídico.”**

**“Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.”**



Comissão de Pregão III

**IV. DA ANÁLISE**

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”*

Dito isso, passa-se a análise do mérito da impugnação interposta pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**



Comissão de Pregão III

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou ao setor responsável, tendo em vista tratar-se de questões técnicas, na forma que dispõe o subitem 27.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da impugnante, o responsável na pessoa do Subsecretário de Atenção Hospitalar, Sr. Leslie da Conceição Moura concluiu:

***“Considerando inadequado limitar a exigência do órgão de classe pertinente aos gases medicinais, haja vista que à luz das resoluções citadas às fls. 06, cabe a inclusão da apresentação de Certificado de Registro de empresa ao Conselho Regional de Farmácia (CRF) como alternativa às exigências nos itens 19.7 e 19.8.”***

V. **DA DECISÃO DA PREGOEIRA**

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer exarado pelo Sr. Leslie da Conceição Moura (documento em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 039/2022, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do Edital em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 18 de julho de 2022.

Eliza Souza Machado  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matrícula: 106.380